

FOGO A FOGO, ANO A ANO

INSERÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL MERIDIONAL NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS INDEPENDÊNCIA A PARTIR DAS LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES (PARANAGUÁ 1800-1830)

ANDRÉ LUIZ M. CAVAZZANI*

Resumo: A vila portuária de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, localizada na marinha sul do litoral brasileiro, foi um importante polo de imigração portuguesa em fins do século XVIII. A partir das Listas Nominativas de Habitantes, tratadas com o software SPSS, se buscará recuperar a situação dos portugueses radicados nesta vila em basicamente dois recortes. O primeiro refere-se à Paranaguá de inícios do século XIX, ainda no período colonial. O segundo, recortando o ano de 1830, enfatizará este mesmo sítio já inserido numa dinâmica portuária de comércio externo, no contexto pós-independência. Sempre em confronto com a situação global da população paranguara, a análise será direcionada, para que se recupere qual era o estado específico do grupo lusitano na hierarquia social de Paranaguá, também nesses dois momentos.

Palavras-chave: População; Imigração; Profissões; História do Brasil.

Abstract: The port village of Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, located on the southern coast of Brazil, was an important hub of Portuguese immigration at the end of the eighteenth century. Based on the reference records of inhabitants, processed on SPSS software, we intend to examine the situation of the Portuguese settled in this village in essentially two periods. The first refers to Paranaguá at the beginning of the nineteenth century, still in the colonial period. The second, taking 1830 as the year of reference, examines this same location now part of a seaport dynamic of foreign trade in the post-independence period. Always in comparison with the overall situation of the local population, the analysis aims to reconstitute the specific status of the Portuguese community in the social hierarchy of Paranaguá, in these two time periods.

Keywords: Population; Immigration; Crafts; History of Brazil.

ENTRE TENSÕES E OPORTUNIDADES: INSERÇÃO DE PARANAGUÁ NO COMÉRCIO PLATINO

A vila portuária de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, localizada na marinha sul da Capitania de São Paulo, foi um importante polo de imigração portuguesa em fins do século XVIII. A partir do processo de abertura dos portos às nações amigas, o pequeno povoado da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, complexificou-se, ganhando então contornos de vila portuária e entreposto comercial a estabelecer ligações com outras praças – mais distantes – do Atlântico sul. O principal objetivo deste artigo é, portanto, demonstrar em linhas gerais a situação social e econômica dos habitantes portugueses desta localidade durante o período de transformações que marcam o processo de emancipação brasileira.

Contando com o suporte empírico das *Listas Nominativas de Habitantes*, tratadas com o software SPSS¹ a situação dos portugueses será indicada no interior de um quadro

* Universidade de São Paulo. Email: andrexcava@hotmail.com.

¹ Cumprindo ordens do Marquês de Pombal o governador da Capitania de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, implementou a partir de 1765 a contabilidade sistemática da população concretizada nas Listas Nominativas. Estas fontes (que seguiram sendo produzidas até 1850) permitiram recuperar: as estruturas domiciliares presentes em Paranaguá; a origem dos habitantes sediados em Paranaguá; aspectos sociais e econômicos tais como: incidências de patentes milicianas; ocupações profissionais; posse escrava. Os dados provenientes das listas nominativas de (1801 e 1830) foram agregados numa base de dados SPSS (Statistical Package for the Social Science). Esse programa é

sóciodemográfico relativo a basicamente dois momentos. O primeiro, recorta a *Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranguá*, em inícios do século XIX, ainda no período colonial. O segundo, recortando o ano de 1830, enfatizará este mesmo sítio já inserido numa dinâmica portuária de comércio externo, no contexto pós-independência. Sempre em confronto com a situação global da população parnanguara, a análise será direcionada, para que se recupere qual era o estado específico do grupo lusitano na hierarquia social de Paranguá, também nesses dois momentos.

Em 1811, iniciava-se o processo de emancipação paraguaia frente às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em represália, o Paraguai teve sua navegação hostilizada, suas mercadorias sobretaxadas e, finalmente, sofreu um bloqueio econômico liderado por Buenos Aires. Visando manter a autonomia em relação a seus vizinhos o líder paraguaio, José Gaspar Rodrigues Francia, leva a cabo uma política de isolamento de seu país que perdura até pelo menos 1840².

Abre-se, com efeito, uma lacuna no fornecimento de gêneros que Buenos Aires e Montevideu obtinham junto ao Paraguai. Valendo-se do processo de abertura dos portos às nações amigas Paranguá passa, gradualmente, a preencher as demandas abertas em função do isolamento paraguaio. A tomada de Montevideu (em 1817) e sua respectiva anexação ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, intensificam ainda mais a participação de Paranguá no comércio platino. Nessa direção, o incremento definitivo das atividades portuárias parnanguaras ocorreria a partir da exportação da congonha (erva-mate). O isolamento adotado por Francia tornou quase impossível a colocação das ervas paraguaias nos mercados platinos. A partir daí os comerciantes da região do Prata, que sempre tiveram predileção pelo mate do Paraguai, passam a considerar a erva que nascia espontaneamente nos planaltos ao sul do Brasil³.

Inicia-se um ciclo de expansão e tecnificação. Embarcações, abastecidas de mate em Paranguá alcançam portos argentinos e chilenos⁴. Paranguá passa a cumprir a função de empório das vilas circunvizinhas.

Se em fins do século XVIII o montante total das exportações somava 7:272\$920 réis, em 1815, o valor chega a quadruplicar atingindo a quantia de 31:098\$310 réis num incremento notável⁵. Acompanhando o aumento das exportações também será perceptível um maior dinamismo nas importações. Tomando o ano de 1799 como baliza, com 32:154\$460 réis gastos em importados, vê-se que o total despendido dobra, atingindo a cifra de 78:482\$661 réis em 1815, para quase triplicar em 1818 quando chega a 84:724\$086 réis⁶.

fundamentalmente um ordenador de dados que permite análises estatísticas. A grande vantagem do SPSS reside, justamente, no fato de que – não importa a dimensão da base – as contagens de eventos em números absolutos e percentuais, médias etc. podem ser extraídas de forma quase instantânea. O cruzamento de variáveis e suas respectivas correlações podem ser obtidos, também, de forma praticamente automática. Para a presente pesquisa foram codificados e inseridos na base de dados cerca de 13.000 indivíduos.

² DORATIOTO, 2007: 56. Ver, sobretudo, o Capítulo I – «Tempestade no Prata».

³ WESTPHALEN, 1999: 108.

⁴ Idem: p. 109.

⁵ APESP. «Mapa comparativo da exportação dos produtos da Paroquia de Paranguá Anos de 1815-1830. Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança».

⁶ APESP. «Mapa Comparativo da Exportação dos Produtos da Paroquia de Paranguá no Ano de 1817».

Se o sortimento de exportados abrangia, madeirame, cal de conchas e, lógico, erva mate beneficiada, o de importados abrangia, têxteis, itens de vestuário, líquidos, sal. O registro de itens de trato mais refinado, ligados às práticas de distinção social, indica a crescente sofisticação dos hábitos de consumo locais.

Em 1818, por exemplo, chegam a Paranaguá 18 peças de seda, cerca de 30 pipas de vinho, cinco barris de aguardente do reino e, mais cinco, de azeite doce. Também se registra a entrada de escravos novos a figurar no elenco de importados, indício de que na virada do século XVIII para o XIX, havia se estabelecido em Paranguá uma sociedade segmentada, com alta concentração de riqueza na mão de poucos, onde a demanda por cativos novos explicava-se pela reiteração de um processo de hierarquização social em curso, «no centro da qual recortando as classes e conferindo dinâmica à economia, estava o escravo»⁷ e, caberia acrescentar, ainda que num outro patamar, os adventícios portugueses. Busca se agora demonstrar esta última afirmação.

I. PORTUGUESES EM PARANAGUÁ: QUANTOS ERAM?

Em Paranaguá foram contabilizados cerca de 55 portugueses em 1801, tendo esse número aumentado para 90 em 1830. Em 1801 a população total de Paranaguá somava cerca de 5.467 almas, de maneira que o contingente lusitano não superou 1% do total. Em 1830 a população de Paranaguá já correspondia a 6.650 indivíduos. O efetivo português equivalia a 1,3% do montante total. Em outros contextos o impacto quantitativo da presença lusitana diante da globalidade da população foi muito maior.

Recortando o período da «grande migração»⁸ de massa Herbert Klein, levantou que no Rio de Janeiro de 1890 os 124.000 portugueses ali residentes correspondiam a 24% da população da cidade. Focalizando agora a cidade de São Paulo, no ano de 1920, o mesmo autor estimou que os 65.000 portugueses que para ali migraram perfaziam 11% da população⁹.

O setor comercial citadino seguiu exercendo forte atração ao «mais urbano dos grupos *de novos imigrantes* (italianos, germânicos, que chegam ao Brasil após 1850)»¹⁰. Se o Rio de Janeiro e São Paulo já se destacavam em fins do século XIX como polos «urbano-comerciais» consistindo em sítios, por excelência, de concentração lusitana, o mesmo não ocorreu com o Paraná¹¹ nesta mesma época. Ao que tudo indica, esse destino não era muito conhecido dos portugueses que se colocaram a caminho, após 1850, no período da «grande migração»¹².

⁷ GUTIÉRREZ, 2006: 120.

⁸ Entende-se aqui por grande migração o fluxo de transferência populacional de europeus (sobretudo, das áreas centro orientais e mediterrâneas) para as Américas e Oceania que toma vulto ao longo do século XIX, principalmente, a partir de seu terceiro quartel.

⁹ KLEIN, 1993: 244.

¹⁰ Idem.

¹¹ O estado do Paraná – do qual atualmente faz parte Paranaguá – tornou-se um território emancipado de São Paulo apenas em 1853. Desta feita, Paranaguá à época recortada nesta análise pertencia à circunscrição administrativa denominada «Capitania de São Paulo». A partir de 1821 muda-se a denominação «Capitania de São Paulo» para «Província de São Paulo».

¹² Em fins do século XIX apenas 52 portugueses teriam se dirigido diretamente ao porto de Paranaguá. A grande maioria, ¶ i migrava do Rio ou de São Paulo em direção ao Paraná. FIAMONCINI, 2011: 65.

Nesta localidade, onde os processos de urbanização deram-se de forma mais lenta, os portugueses foram sempre em menor número do que os demais grupos imigrantes e não chegaram perto dos quantitativos descritos acima. Em 1872, por exemplo, os 534 portugueses contabilizados chegavam à ínfima proporção de 0,42% do total da população (estimado em 126.722 habitantes). Em 1900 a proporção de portugueses diminuiu mais ainda atingindo 0,15% com 504 portugueses diante de 327.136 habitantes¹³.

Na fase da «grande migração», a incidência lusitana no Paraná teria, portanto, aumentado em números absolutos. Todavia, no caso de Paranaguá, não é descabido inferir que proporcionalmente a presença deste grupo foi mais saliente antes do processo das grandes migrações quando, aliás, o grupo dos portugueses era hegemônico entre os estrangeiros¹⁴.

Hegemônica também era a presença masculina entre os portugueses demandados até Paranaguá. Cerca de 53 homens para duas mulheres em 1801 e 85 homens para cinco mulheres em 1830¹⁵. Dado que não contrasta daquilo que foi observado para outras vilas da Capitania de São Paulo onde, conforme notou Carlos Bacellar, a presença da mulher também foi sempre esporádica e rarefeita¹⁶.

Tendo em vista este quadro de predominância de homens imigrantes no grupo lusitano, pareceu coerente cotejar o impacto da presença lusa diante do efetivo de: homens, livres, de 17 a 90 anos (1801) e 14 e 90 anos (1830) radicados em Paranaguá. Naturalmente, se definiu o recorte etário tendo-se como referencia a idade do adventício mais jovem e, como limite, a idade daquele mais velho.

A partir daí o impacto luso pareceu mais substancial: em 1801 havia, dentro do perfil apontado, cerca de 716 homens locais para 53 portugueses que prefiguravam 7,5% deste total. Em 1830 têm-se 88 portugueses para 654 homens equivalendo a 13,5%. São percentuais ainda baixos. Todavia, ganham um significado maior. Nessa faixa, afinal, se definiam posições (no mercado matrimonial; na ocupação de cargos públicos; na posse de terras...) que tanto influenciavam, em melhores ou piores condições, a inserção dos sujeitos na sociedade circundante.

Pensando ainda na situação numérica dos portugueses diante da população, foi interessante notar o seu crescimento, ao longo do recorte temporal aqui enfocado. Enquanto a população autóctone aumentou em 21,6%, entre 1801 e 1830, o número de portugueses radicados em Paranaguá aumentou em 80%. É lógico que a população nativa cresce por motivações distintas daquelas que interferiram no recrudescimento da convergência lusa.

¹³ Cf. ANDREAZZA & TRINDADE, 2001: 71. Para recuperar os quantitativos da imigração lusitana a partir de 1872: BALHANA & WESTPHALEN, 2006: 31.

¹⁴ Em 1801 foram registrados apenas dois europeus não portugueses: um alemão e, outro, espanhol. Em 1830 o número de estrangeiros não portugueses aumenta para sete (dois ingleses, dois alemães, um uruguaio, um chileno, um espanhol) diante dos 90 lusitanos. Descontaram-se do cômputo os cativos africanos.

¹⁵ APESP. «Listas Nominativas de Habitantes da Vila de N. Sra. do Rosário de Paranaguá. 1801-1830. Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança».

¹⁶ BACELLAR, 2000. Esse caráter episódico da presença da mulher não inibiu, contudo, prolíficas análises quem têm buscado resgatar o papel feminino no contexto da diáspora lusitana. Cf. ANDREAZZA & BOSCHILIA, 2011.

Mesmo assim, parece inegável que o ingresso de portugueses teve maior dinamismo do que o crescimento da população local. Nessa direção, é interessante notar o quanto coincidem o aumento da entrada de portugueses e os processos de complexificação sociocomercial de Paranaguá, indicados anteriormente.

Também é interessante constatar que o aumento da presença portuguesa em Paranaguá coincide com o período em que se inicia um processo de crescente animosidade aos lusitanos, notado em diversas áreas do Brasil. O processo emancipatório ainda recente, a represália a este encabeçada por guarnições lusitanas estabelecidas em algumas províncias, o fantasma da recolonização, o incômodo em relação ao domínio da comunidade lusa no comércio e varejo citadino, a disputa por cargos oficiais, teriam sido fatores a motivar sentimentos lusófobos nesse período¹⁷.

Jorge José Alves indica que muitos portugueses retornados às pressas, deixavam para trás as dívidas das quais eram credores tentando, inutilmente, cobrá-las de longe através de meios judiciais que se revelavam morosos, ineficazes e erosivos¹⁸.

Gladys Sabina Ribeiro, que se debruçou mais detidamente sobre a lusofobia, lembrou, contudo, que essas animosidades não se resumiam na chave de um sentimento «nativista» que impingia brasileiros contra portugueses¹⁹. Na realidade, como a historiografia tem indicado, neste contexto, a noção de pertença era vaga. Relacionava-se muito mais a uma conotação regionalista do que a uma ideia de «consciência nacional»²⁰. O «ser português» e «ser brasileiro» constituíam-se em construções político-culturais, que extrapolavam o local de nascimento e cujo sentido poderia até variar de uma província para outra²¹. Nessa direção, mesmo que ocorressem um pouco por toda parte, as manifestações lusófobas variavam em intensidade e motivações²². No caso da província de São Paulo, não teria havido maiores perseguições aos portugueses comerciantes. Fato que não impedia um certo clima de insegurança neste setor²³.

Em 1833, por exemplo, o português Manuel António Pereira (Braga) que fora o último capitão-mor de Paranaguá à época do regime de ordenanças, seguia respondendo pelo cargo mais alto da burocracia local tendo sido nomeado prefeito da vila²⁴. O que não deixa de ser coerente com aquilo que Gladys Sabina Ribeiro chamou de «postura ambiva-

¹⁷ PRADO JR, 1999. ALVES, 1995: 47.

¹⁸ ALVES, 1995: 47.

¹⁹ RIBEIRO, 2002.

²⁰ JANCÓS & PIMENTA, 2000: 140.

²¹ Além disso, quando se tomam as elites como referência, o passado colonial brasileiro não contribuiu no sentido de estabelecer de forma incontornável diferenças entre «brasileiros» e «portugueses». Como indica Nuno Monteiro: «não obstante todos os esforços de uma velha tradição historiográfica brasileira para erigir a inconfidência mineira ou a conspiração baiana em prenúncios de uma consciência nacional, para a quase totalidade dos contemporâneos residentes na América portuguesa não existia uma fratura geral, suscetível de ser alargada a todas as capitanias, entre as elites dominantes nascidas no reino e as que tinham nascido localmente. Em sínteses, não existiu por volta de 1808 a percepção generalizada de uma fratura entre “crioulos” e “peninsulares”, como acontecia na América espanhola. Esses termos nem sequer tinham um equivalente indiscutível no vocabulário português da época. As oposições que se poderiam assemelhar (“mascates”, “mazombos”, “reinóis”, “brasileiros” ou “brasílicos”) tinham então uma escassa difusão». MONTEIRO, 2011: 57.

²² RIBEIRO, 2002.

²³ ARAÚJO, 2006: 31.

²⁴ COSTA, 1988.

lente» das autoridades regenciais em relação aos portugueses. Como apontou a autora, apesar do discurso lusófono, notado ao longo do período regencial, seguia-se nomeando e, até preferindo, imigrantes portugueses nas lideranças das guardas nacionais que tinham, efetivamente, a força de polícia e respondiam pela segurança militar naquela época²⁵.

Se em algumas províncias ocorreram assassinatos, pilhagens, ocasionando mesmo a fuga de portugueses, em Paranaguá, tudo leva a crer, portanto, que o ambiente seguia convidativo para o ingresso deste grupo. Se não era difícil encontrar reinóis entre a elite parnanguara, de fins do século XVIII e inícios do XIX, os abastados, os acreditados, os importantes capitalistas²⁶ do final do oitocentos ainda eram portugueses ou, no limite, a sua segunda geração²⁷. Dado que remete a outra questão, que gradualmente será delineada ao longo do texto: mesmo que o impacto numérico do efetivo português, diante da população local, fosse um tanto reduzido, a presença lusa em Paranaguá não deve ser minimizada ou menosprezada. Era neste grupo que estavam alguns dos indivíduos mais influentes na localidade do ponto de vista político, social e econômico.

II. PORTUGUESES EM PARANAGUÁ: OCUPANDO OS ESPAÇOS

No período em tela, a unidade de divisão territorial e referência geográfica das vilas eram expressas em «Companhias de Ordenança». Os oficiais de ordenança, subordinados ao capitão-mor, detinham função primordial: na manutenção da ordem, na cobrança de impostos, na realização de obras públicas, na representação de queixas da população local, objetivando, enfim, «conter na obediência» os moradores sob sua jurisdição. Por conseguinte, estendiam-se com as ordenanças: «as malhas da administração, cujos elos teria sido incapaz de atar, por si só, o parco funcionalismo oficial que possuíamos (na colônia); concentrado; ainda mais como estava nas capitais e maiores centros»²⁸.

A Vila de Paranaguá, por exemplo, estava, em 1801, dividida em quatro *Companhias de Ordenança*. Estas eram subdivididas em esquadras. Cada *Companhia* tinha sua população levantada e, sobretudo, controlada, por um capitão. Este era ajudado, em tese, pelos seus subordinados *cabos de esquadra*.

No caso de Paranaguá, até 1830, ao que tudo indica, a primeira companhia abarcava o núcleo central da Vila. A segunda compreendia o rocio grande e pequeno, circunvizinhos ao núcleo central. As seguintes abarcavam algumas ilhas e povoações mais esparsas submetidas administrativamente à Paranaguá. A partir de 1817 mais duas companhias – a sexta e a sétima – serão acrescentadas mantendo-se, entretanto, o mesmo critério de distribuição que parte de um núcleo central até as áreas mais afastadas.

²⁵ RIBEIRO, 2002: 151-152.

²⁶ Antônio de Morais Silva definia capitalista como: «a pessoa que tem grandes cabedais e dinheiros para suas negociações e meneio». Em Paranaguá essa terminologia ocorre com mais frequência à medida que avança o século XIX. A acepção com que é utilizada é a mesma de Morais Silva definindo aqueles indivíduos que reuniam condições para emprestar dinheiro a juro. SILVA, 1798.

²⁷ Essa última afirmação é sustentada por Cecília Westphalen e Altiva Pilati Balhana mediante a análise das famílias mais proeminentes constantes da «Genealogia Paranaense de Francisco Negrão». BALHANA & WESTPHALEN, 2006: 34.

²⁸ PRADO JR, 1999: 326.

Daí resultou pertinente indagar acerca da disposição espacial dos adventícios portugueses estabelecidos em Paranaguá, para os anos de 1801 e 1830.

Tabela I: Disposição espacial dos portugueses nas Companhias de Ordenança da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá anos 1801 e 1830

CATEGORIAS	1801		1830	
	Núm. Abs.	%	Núm. Abs.	%
Primeira Companhia	38	69,09	72	78,26
Segunda Companhia	8	14,55	8	8,7
Terceira Companhia	5	9,09	1	1,09
Quarta Companhia	4	7,27	0	0
Quinta Companhia			9	9,78
Sexta Companhia			0	0
Sétima Companhia			2	2,17
Total	55	100	92	100

Fontes: APESP. *Listas Nominativas de Habitantes da Vila de N. Sta. do Rosário de Paranaguá. 1801-1830.* Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança.

Uma multiplicidade de fatores se colocava em jogo no momento de se definir um lugar de moradia. A ocupação do espaço não era homogênea ou indiferenciada. Relações de parentesco, a busca por locais onde se aglutinavam moradores de um determinado estatuto social, a procura de um lugar estratégico para exercer o ofício de sobrevivência, e tantos outros fatores mais, poderiam direcionar esta escolha estratégica. A posição geográfica do domicílio acompanhava, via de regra, portanto, o próprio lugar social do indivíduo. Assim, parece evidente que noutras circunstâncias, sobretudo, no caso da população despossuída ou escrava, a opção pelo local de moradia, poderia não passar, necessariamente, pela escolha. No limite das contingências ficava-se com o que era possível. Mas esta última situação não parecia refletir a realidade dos portugueses ou, pelo menos, de sua maioria.

Quando se visualizam os dados constantes da Tabela I, parece estar evidente que, quando escolheram seus lugares de habitação, os lusitanos não o fizeram de forma aleatória. O que se vê, nesse sentido, é uma tendência que aponta a *Primeira Companhia*, tanto em 1801 quanto em 1830, como a área preferida dos lusitanos na decisão se radicar em Paranaguá. Em termos percentuais, inclusive, há um aumento da concentração quando em 1830 quase 80% dos reinóis decidiram fixar domicílio nesta área.

Também é interessante anotar que em 1801 a *Primeira Companhia* compreendia cerca de 151 domicílios chefiados por homens livres. Assim, diante desse universo, os 38 domicílios chefiados por portugueses prefiguravam 25,16%. Em 1830, no mesmo setor, os 72 domicílios chefiados por lusitanos representavam 38% dos 189 domicílios com chefia livre e masculina.

Grosso modo, se tem, portanto, que assim como ocorreu em outros períodos e outras épocas, o perímetro urbano seguiu exercendo seu apelo ao grupo lusitano. E mais... os

dados levantados consistem em outro indicativo a sustentar que, mesmo não sendo tão impactante do ponto de vista quantitativo, a presença lusa não deve ser minimizada. Isso porque, na localidade em análise, era no setor arrolado como *Primeira Companhia* que se situavam: o centro administrativo, comercial, os principais estaleiros e, por fim, o principal porto de Paranaguá. Ou seja, a presença desses indivíduos se adensa, justamente, num dos setores mais estratégicos da economia e das sociabilidades locais. Raymundo Faoro, ao estudar a hierarquia estabelecida na sociedade em tela, observaria: «a patente embranquece e nobilita»²⁹. Não à toa. Conforme indica Charles Ralph Boxer, no importante estudo *Império Marítimo Português*, foi recorrente a avidez das oligarquias coloniais, por títulos, honrarias e postos militares, em busca de poder ou de prestígio. Segundo o mesmo autor, os governadores coloniais tinham consciência desse fato e muitas vezes lembravam à Coroa que a distribuição judiciosa de postos e títulos militares era o melhor e mais barato meio para assegurar o que do, do contrário, somente a lealdade duvidosa dos poderosos do sertão garantiria³⁰.

Se, por tudo isso, as patentes milicianas eram alvo da cobiça de muitos, nem todos detinham: a «capacidade, préstimo, atividade e zelo para tudo que é a bem do Real serviço...»; e, principalmente, «posse para o dito emprego». Dito de outra forma: numa sociedade pautada pela assimetria das relações onde privilégio, honra, fortuna, consistiam em princípios norteadores da organização sociopolítica, a distinção era para poucos.

III. DO LUGAR TOPOGRÁFICO AO LUGAR SOCIAL: O PRESTÍGIO LUSITANO NAS MILÍCIAS DE PARANAGUÁ

Por isso mesmo, a incidência de patentes milicianas, pareceu um bom «termômetro» para sondar o lugar social dos adventícios portugueses na sociedade em que decidiram se arraigar. Evidente que tal sondagem só faz sentido quando a situação específica dos portugueses é confrontada com a situação geral dos habitantes locais. Neste caso, obviamente, a situação dos homens. Assim, optou-se por contrastar o grupo dos portugueses com o universo dos homens maiores de nove anos em 1801 e maiores do que doze em 1830. O critério de escolha se justifica pelo fato de que nestes dois anos os dois indivíduos mais novos a ostentarem patentes tinham 10 e 12 anos respectivamente.

Isso posto, descontados os portugueses, viviam na Paranaguá de 1801 cerca de 1.592 homens nessa faixa etária. Destes, 456 ostentavam patentes, prefigurando 28,6% do total. Em 1830, separando-se novamente o grupo lusitano, existiam 2.176 homens numa faixa etária superior a 12 anos. Todavia, apenas 256 (11,7%) auferiram patentes. Em 1801, no grupo dos portugueses, a situação era a seguinte: 27 indivíduos (60%) detinham patentes. Já em 1830 cerca de 20 indivíduos (23%) ostentavam patentes.

Diante desses dados, tem-se, *a priori*, que, em ambos os grupos, previsivelmente, a incidência de patentes milicianas acompanhando o nome dos indivíduos foi sempre

²⁹ FAORO, 2000: 189.

³⁰ BOXER, 2002: 322.

minoritária. Porém, é quando se analisam isoladamente os grupos dos detentores de patentes que as nuances mais interessantes são reveladas:

Tabela II: Comparativo da Ocorrência de Patentes Milicianas entre os homens parnanguaras e portugueses anos de 1801 e 1830

		NACIONAIS	%	PORTUGUESES	%	NÃO INDICADO	CRIOULO(A)
Nível das Patentes* (1801)	Alta	35	7,68	19	70,37	2	0
	Intermediária	48	10,53	1	3,7	5	0
	Baixa	373	81,79	7	25,93	150	2
Total 1801		456	100	27	100	157	2
Nível das Patentes (1830)	Alta	37	14,45	14	70	5	0
	Intermediária	20	7,81	2	10	9	0
	Baixa	199	77,74	4	20	156	0
Total 1830		256	100	20	100	170	0

Fontes: APESP. *Listas Nominativas de Habitantes da Vila de N. Sta. do Rosário de Paranaguá. 1801-1830. Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança.*

* Para efeito de análise foram consideradas: Patente Alta: Capitão mor, Capitão, Ajudante, Tenente Coronel, Tenente Furriel, Tenente, Alferes, Sargento. Patente Intermediária: Cadete, Cabo, Furriel. Patente Baixa: Soldado, Tambor. Infelizmente os levantamentos nominativos, ou não distinguem a natureza da tropa a que pertencia o oficial, ou o fazem muito episodicamente. Ordenanças e Milicianos por vezes se confundem. Assim, para facilitar o tratamento dos dados, e intuindo que a grande maioria dos soldados pertencia às ordenanças, foi desconsiderada a «arma» a que pertencia o indivíduo, utilizando-se apenas o nome da patente como referência principal.

Talvez o primeiro fato a ser destacado, a partir da Tabela XI, é o de que a incidência de altas patentes no grupo dos portugueses sobrepunha a ocorrência de baixas patentes. Já no grupo dos demais, a tendência mostrou-se inversa. Porém, este último resultado exige uma ressalva: é bastante provável que a oferta de baixas patentes fosse bem mais corriqueira do que a concessão de altas patentes. Isso explicaria uma maior incidência de títulos subalternos justamente no grupo majoritário. Porém, esses dados não deixam de trazer indícios de que a probabilidade de um português possuir alta patente parecia maior do que entre os milicianos livres locais. Afinal, nesses últimos, foi muito mais comum a incidência de postos subalternos.

Outro dado a ser comentado é o de que, comparados os anos de 1801 e 1830, diminuiu de forma importante a incidência de patentes no grupo português. Todavia esta tendência parece afetar, também, ao grupo dos demais no qual cai quase pela metade a incidência de patentes associadas ao nome dos indivíduos. Seria isso um reflexo do novo contexto político social que começava a se desenhar no período pós-independência? Não se pode ignorar, afinal, que a partir de 1830 o regime das ordenanças teria apenas mais três anos de existência.

O fato é que no universo das altas patentes, sem dúvida, as principais na ordenação daquela hierarquia, estiveram sempre em mãos portuguesas. Além disso, a liderança da absoluta maioria das companhias de ordenança dos anos investigados cabia a portugueses. Assim ocorre em 1801, quando o já mencionado José Carneiro dos Santos (Braga) preside a lista na condição de capitão-mor, auxiliado pelos capitães de companhia: Antó-

nio da Silva Braga (Braga), Pedro Rodrigues Nunes (Braga), António da Silva Neves (Benavila); João Crisóstomo Salgado (Lisboa). Em 1830 o quadro pouco se altera. Manuel António Pereira (Braga) segue à frente como capitão-mor; o capitão da *Segunda Companhia de Ordenanças* é António José Sintra (Sintra); preside a *Quinta Companhia* o Capitão João de Souza Dias Negrão (Aveiro) e, finalmente, a *Sétima* o Capitão Bento José da Cruz (Braga)³¹.

Em 1830, o contingente dos indivíduos que ascenderam na hierarquia das ordenanças era formado, justamente, pela segunda geração dos capitães e coronéis lusitanos dos anos anteriores. Vejam-se alguns casos exemplares. O tenente miliciano Manuel Francisco Correia Júnior (em 1830) era filho do tenente coronel Manuel Francisco Correia (Porto); o sargento-mor das Ordenanças Bento António da Costa (em 1830) era filho do sargento Manuel António da Costa (já falecido neste mesmo ano); o alferes, e depois capitão (em 1830), Manuel de Araújo França, era primogênito do já falecido capitão Custódio Martins de Araújo França (Braga); o tenente coronel Ricardo Carneiro dos Santos e seu filho, o tenente de Milícias José Ricardo dos Santos, eram, respectivamente, filho e neto do capitão-mor José Ricardo Carneiro dos Santos (Braga) já falecido em 1830.

Em primeiro lugar: os dados trazem sinais inequívocos de que, pelo menos, uma parte dos imigrantes portugueses em Paranaguá logrou posições de destaque na hierarquia local. Eram poucos, é verdade, contudo – tendo a outorga de patentes como referência – ocupavam, mais frequentemente do que os locais, as posições estratégicas de mando e controle daquela sociedade.

Ao fim, mais não menos importante, observou-se que há um decréscimo de titulados entre os lusitanos. Tal situação pode ser justificada como sinal de perda de prestígio por parte deste grupo no contexto imediatamente posterior à emancipação brasileira? Ao que parece, não. O que se vê, mesmo, é um processo de transferência deste prestígio para a segunda geração dos portugueses consolidados, anteriormente, no topo da hierarquia local. Por conseguinte, tal processo de transferência pode ser lido, justamente, como um sinal da influência, ainda inabalada, que uma parte dos imigrantes portugueses seguia exercendo, mesmo no pós-independência, naquela sociedade estamental.

IV. PORTUGUESES E O SENHORIO DE CATIVOS

No sistema de classificação que ordenava a posição das pessoas naquela sociedade, um dos caminhos para se chegar ao topo da hierarquia condicionava-se à possibilidade de se afeirir a posse de outros homens. Por conseguinte, no contexto em análise, «ser pobre significava, entre outras coisas, não ter escravos»³². Com efeito, outro elemento, para além dos títulos milicianos, utilizado com o fito de indagar acerca do posicionamento dos portugueses na hierarquia local, consistiu na sondagem da incidência de cativos em seus domicílios.

31 APESP. *Listas Nominativas de Habitantes da Vila de N. Sra do Rosário de Paranaguá. 1801-1830. Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança.*

32 FRAGOSO, 1999: 147.

Para tanto, foram adotados alguns procedimentos metodológicos que devem ser informados. Em primeiro lugar, o número de escravos por domicílios foi agregado em intervalos de classe de: 0, 1, 2, 3, 4, e, depois, 5 a 10, 11 a 20, 21 e mais. Faixas de agregação que levam em consideração a realidade de Paranaguá. Num ambiente com reduzida disponibilidade cativa e, ao mesmo tempo, marcado pela alta concentração de posse escrava, parte-se do pressuposto que possuir pelo menos um cativo já era um importante diferenciador social.

Em segundo lugar, cabe alertar que no momento de se confrontar a situação dos portugueses com os demais, ainda no que se refere à incidência de cativos nos domicílios, foram levados em conta apenas chefes de domicílio livres, excluindo-se do computo os agregados (parentes ou não) já que, nesse caso, foi impossível averiguar se esses indivíduos detinham alguma posse escrava. Também foram excluídos da análise os *fogos* chefiados por mulheres, já que a incidência de mulheres entre os portugueses era bastante reduzida.

Diante dessas opções metodológicas, foi possível alcançar os seguintes resultados:

Tabela III: Comparativo da posse escrava por faixas de plantel entre portugueses e locais, 1801 e 1830

ANO 1801	NACIONAIS	%	PORTUGUESES	%	NÃO INDICADO
0 escravos	539	82,54	9	18	16
1 escravos	30	4,59	7	14	1
2 escravos	18	2,76	3	6	0
3 escravos	14	2,14	2	4	0
4 escravos	6	0,92	5	10	0
5 a 10 esc.	31	4,75	14	28	2
11 a 20 esc.	13	1,99	9	18	0
21 e mais	2	0,31	1	2	1
Total	653	100	50	100	20
ANO 1801	NACIONAIS	%	PORTUGUESES	%	NÃO INDICADO
0 escravos	526	83,1	31	41,34	243
1 escravos	36	5,69	17	22,67	3
2 escravos	15	2,37	10	13,33	2
3 escravos	15	2,37	1	1,33	1
4 escravos	8	1,26	5	6,67	2
5 a 10 esc.	18	2,84	7	9,33	8
11 a 20 esc.	10	1,58	1	1,33	3
21 e mais	5	0,79	3	4	3
Total	633	100	75	100	265

Fontes: APESP. Listas Nominativas de Habitantes da Vila de N. Sr. do Rosário de Paranaguá. 1801-1830. Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança.

Os dados reunidos na tabela acima permitem, numa primeira perspectiva de análise, recuperar em qual faixa de posse cativa enquadrava-se a maioria dos chefes de domicílio. No caso dos portugueses fica verificado, em 1801, que possuir de 5 a 10 escravos foi a situação mais frequente: 28% dos senhores de escravos lusitanos estavam enquadrados nesta faixa. Logo em seguida vinham aqueles que possuíam entre 11 e 20 escravos configurando-se em 18% do total. No interior do grupo dos demais senhores de escravos ocorre algo semelhante.

Em 1801, somando 4,75% dos casos, eram maioria os senhores de 5 a 10 escravos. Logo em seguida, contudo, vinham aqueles que possuíam apenas um escravo representando 4,59% das ocorrências. Esta última incidência dá a impressão de que, ao contrário do que ocorre com os adventícios, a posse escrava entre os demais se dissolvia em plantéis menores. Em 1830 a situação parece mais equilibrada entre ambos os grupos. Tanto num conjunto quanto no outro foi mais comum possuir apenas um cativo. Além disso, cresce para os demais a quantidade de indivíduos na faixa de 5 a 10 escravos, quando entre os portugueses diminuem, em relação àqueles que possuíam apenas dois, os senhores de 5 a 10 escravos.

Contudo, as diferenças entre um conjunto e outro parecem ficar mais acentuadas quando se coteja a incidência escrava desde uma perspectiva mais direta, por assim dizer. Nessa direção, fica evidenciado que entre os domicílios liderados por portugueses a posse de cativos consistiu em tendência. Em 1801 apenas 9% desses *fogos* não possuíam escravos em sua composição. Se em 1830 esse percentual se eleva para cerca de 41,3%, a proporção de portugueses escravistas continua sendo a maior desse grupo. A tendência exatamente inversa ocorre entre os chefes de domicílio nacionais. Em 1801 a esmagadora maioria, configurando 82,54%, era destituída de escravos na estrutura de seus *fogos*. Em 1830 esta tendência permanece constante: 83,1% não possuíam escravos.

Tudo leva a crer, portanto, que no tocante à presença de cativos nos domicílios, os portugueses elevavam-se em melhores condições do que os parnanguaras. Afinal, se no grupo lusitano, ao menos nos recortes avaliados, os senhores de escravos foram sempre mais da metade, no outro conjunto de chefes de domicílio a franca maioria era desposuída de cativos.

Além dos indícios acerca da situação socioeconômica, o recurso às Listas Nominativas permitiu recuperar instantâneos acerca das ocupações cotidianas às quais se dedicavam os chefes de domicílio das vilas em questão, incluindo-se aí os portugueses. Veja-se abaixo o quadro representativo desta situação:

Tabela III: Comparativo da posse escrava por faixas de plantel entre portugueses e locais, 1801 e 1830

OCUPAÇÃO EM 1801	RENÓIS			NACIONAIS			TOTAL
	N.º Abs.	% pelo Total de reinóis	% pelo Total de cada ocupação	N.º Abs.	% pelo Total de reinóis	% pelo Total de cada ocupação	
Agricultor de Subsistencia	0	0	0	104	15.9	100	104
Artes Médicas	2	3.77	100	0	0	0	2
Artesão	2	3.77	4.08	47	7.19	95.92	49
Artesão Marítimo	6	11.32	50	6	0.92	50	12
Cargo Oficial	3	5.66	27.27	8	1.22	72.73	11
Grande Agricultor	11	20.75	37.93	18	2.75	62.07	29
Grande Comerciante	12	22.64	60	8	1.22	40	20
Outros Liberais	0	0	0	5	0.76	100	5
Pequeno agricultor	4	7.55	4.44	86	13.15	95.56	90
Pequeno comerciante	8	15.1	26.67	22	3.36	73.33	30
Pobre	0	0	0	20	3.06	100	20
Religioso	0	0	0	7	1.07	100	7
Trabalhador do Mar	2	3.77	1.63	121	18.51	98.37	123
Trabalhador Extrativista	0	0	0	122	18.66	100	122
Demais Ocupações	2	3.77	3.51	55	8.41	96.49	57
Não indicado	1	1.9	4	24	3.67	96	25
Ilegível	0	0	0	1	0.15	100	1
TOTAL	53	100		654	100		707

OCUPAÇÃO EM 1830	RENÓIS			NACIONAIS			TOTAL
	N.º Abs.	% pelo Total de reinóis	% pelo Total de cada ocupação	N.º Abs.	% pelo Total de reinóis	% pelo Total de cada ocupação	
Agricultor de Subsistencia	1	1.14	1.01	98	15.48	98.99	99
Artes Médicas	3	3.42	75	1	0.16	25	4
Artesão	5	5.68	11.9	37	5.85	88.1	42
Artesão Marítimo	2	2.27	40	3	0.47	60	5
Cargo Oficial	3	3.41	25	9	1.42	75	12
Grande Agricultor	3	3.41	16.67	15	2.37	83.33	18
Grande Comerciante	9	10.23	30	21	3.32	70	30
Outros Liberais	0	0	0	8	1.26	100	8
Pequeno agricultor	2	2.27	4.26	45	7.11	95.74	47
Pequeno comerciante	31	35.22	38.27	50	7.9	61.73	81
Pobre	1	1.14	12.5	7	1.11	87.5	8
Religioso	1	1.14	50	1	0.16	50	2
Trabalhador do Mar	20	22.73	11.11	160	25.28	88.89	180
Trabalhador Extrativista	1	1.14	0.8	124	19.58	99.2	125
Demais Ocupações	2	2.27	11.11	16	2.53	88.89	18
Não indicado	4	4.54	9.52	38	6	90.48	42
TOTAL	88	100		633	100		721

Fontes: APESP. *Listas Nominativas de Habitantes da Vila de N. Sta. do Rosário de Paranaguá, 1801-1830.* Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança.

Esse cruzamento simples de naturalidades por ocupações desempenhadas pelos chefes de domicílio em Paranaguá reproduz um quadro da dinâmica socioeconômica da vila de Paranaguá. Tomando-se primeiramente o ano de 1801 verifica-se que os lusitanos possuem uma predileção por atividades, ao que tudo indica, de maior especialização ou envergadura social. Ora, os dois únicos indivíduos que ocupam atividades designadas como «Artes Médicas» são portugueses. A categoria denominada de «Artesãos Marítimos», representados por Carpinteiros da Ribeira, Calafates entre outras atividades, possui metade de seus representantes no quadro dos reinóis. E mesmo ocupações mais exercidas, como de agricultor ou comerciante, quando de grande porte, por meio da coordenação do trabalho de plantéis escravos, há uma grande representatividade dos reinóis com 37,93% (grande agricultor) e 60% (comerciante de grande porte) do total de chefes que exercem tais atividades.

Se é certo, portanto, que o processo de fixação dos portugueses na vila de Paranaguá sugere algumas tendências, também é certo que o mesmo esteve muito suscetível à heterogeneidade. A partir da análise dos perfis ocupacionais, da posse de homens e patentes milicianas, se vê a gama de possibilidades – para melhor ou pior – que o destino reservou a estes indivíduos. Compartilhando da origem reinól encontram-se num extremo, os donos do poder, grandes comerciantes, e/ou agricultores; noutra, os desprotegidos da sorte, pescadores, plantadores de subsistência, tendo sido um lusitano registrado, inclusive, como pobre. Por fim, ocupando o espaço entre os opostos, senhores de reduzidos plantéis, pequenos comerciantes, artesãos, profissionais liberais, etc.

V. A GUIA DE CONCLUSÃO

A guisa de conclusão observa-se, primeiramente, que o grupo dos portugueses não se resumia a indivíduos bem sucedidos na escala social. Entre os imigrantes havia também aqueles relegados às franjas do arranjo social estabelecido em Paranaguá. Trata-se de uma constatação importante: a cor branca associada à origem reinól, elementos inegavelmente valorizados no contexto colonial, não representavam por si só garantia de sucesso material ou simbólico. Embora, esta não seja a ênfase do trabalho que aqui se apresenta, em outras análises, retomando-se, caso a caso, as trajetórias imigratórias de diversos lusitanos estabelecidos em Paranaguá levantou-se hipóteses para explicar a diferenciação social entre eles. Com efeito, foi possível perceber que a fixação bem sucedida passava pela recomendação, alfabetização, e inserção – pela via do casamento – em famílias da elite local chefiadas por patrícios lusitanos estabelecidos há mais tempo³³.

Em segundo lugar se vê que a última tabela abordada neste trabalho espelha a complexificação do contexto econômico e demográfico parnanguara, ao avançar do século XIX em função de uma maior integração entre as diferentes províncias brasileiras e estas com a região platina. Em 1830, como indicado antes, há um maior número de estrangeiros habitando a vila. Os portugueses, por sua vez, também aparecem com seu número

33 CAVAZZANI, 2013.

de representantes ampliado. Atividades já citadas, como as «Artes Médicas» e «Artesãos Marítimos» continuam tendo representação importante no meio português, com 75% e 40% respectivamente.

As ocupações voltadas ao comércio e ao trato marítimo são ampliadas em seus quadros representativos. Os grandes comerciantes aumentam em 50% seu número (de 20 para 30 indivíduos que chefiam tais estabelecimentos), sendo que 30% são portugueses. Entre os estabelecimentos comerciais de pequeno porte e comerciantes volantes (caixeiros), há um aumento ainda maior, da ordem de 170%, sendo exercido por 31 portugueses, ou seja, 38,27% dos ditos comerciantes. Os chamados «Trabalhadores do Mar», pescadores e marinheiros em sua maior parte, também aumentam seu quadro em cerca de 50%.

Dado interessante é o «congelamento» do número de comerciantes de grande porte portugueses verificados e, em contrapartida, o aumento do seu número frente ao comércio de miudezas. A exemplo do que ocorre com as patentes milicianas, esse quadro pode ser explicado – em parte – pela ascensão ao posto de principais comerciantes locais dos filhos, nascidos em Paranaguá, dos grandes negociantes de 1800. Tal caso ocorre com Bento António da Costa, comerciante de fazendas secas e, dono de embarcações. Ele era filho do português Manuel António da Costa importante comerciante da Paranaguá em seu tempo. Os casos dos grandes comerciantes de 1830 Manuel Francisco Correia Júnior, José António Pereira, Francisco Carneiro dos Santos, são exatamente análogos ao que se narrou anteriormente.

Essa situação pode indicar um quadro de consolidação das elites locais, que passam a privilegiar os filhos na condução dos negócios, em detrimento, da absorção de novos imigrantes chegados de Portugal. Estes novos imigrantes, ao que tudo indica, excluídos das redes clientelares lideradas pelos antigos comerciantes da praça parnanguara passam, a partir de 1830, a se dedicar aos comércios de pequeno porte e miudezas.

De maneira geral é possível concluir, portanto, que a proeminência dos portugueses na hierarquia social, acompanha o processo de complexificação visto em Paranaguá em 1830. Ao mesmo tempo, parece perceptível o desenhar-se de uma elite luso-brasileira, ou melhor, cada vez menos lusa e mais brasileira, tendo em vista, que tanto no que tange às patentes milicianas, como também, nos indicativos sócio-econômicos extraídos das listas nominativas se vê, cada vez mais, a proeminência dos filhos dos portugueses bem colocados ao início do século em detrimento dos portugueses recém-ingressados na vila de Paranaguá em 1830.

NOTA – Este artigo está escrito em português do Brasil.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Secretaria de Governo/Companhias de Ordenança
Listas Nominativas de Habitantes da Vila de N. Sra. do Rosário de Paranaguá. 1801-1830;
Mapa Comparativo Da Exportação dos Produtos da Paroquia de Paranaguá no Ano de 1799;
Mapa Comparativo Da Exportação dos Produtos da Paroquia de Paranaguá no Ano de 1817;

Mapa comparativo da exportação dos produtos da Paroquia de Paranaguá Anos de 1815-1830;
Quartel do governo militar da vila de Paranaguá: Manufaturas de destilar, de cal, de pilar arroz e café, de preparar erva mate, 1826.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1995) – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; BOSCHILIA, Roseli., org. (2011) – *Portuguesas na Diáspora: histórias e sensibilidades*. Curitiba: Editora UFPR.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina (2001) – *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: Seed.
- ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros (2006) – *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: FAPESP/Hucitec.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (2000) – *Os Reinóis na população paulista às vésperas da Independência*. «Revista Oceanos», n.º 44. Lisboa: Centro de História/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 22-36.
- BALHANA, Altiva P.; WESTPHALEN, Cecília (2006) – *Portugueses no Paraná*. In SZESZ, Christiane Marques, coord. – *Cultura e Poder: Portugal-Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá. p. 23-37.
- BOXER, Charles Ralph (2002) – *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski (2013) – *Não tinha ponta de barba e parecia muito menino: notas acerca da emigração portuguesa a partir das Dispensas matrimoniais Baía de Paranaguá (1780-1830)*. In CICERCHIA, Ricardo; JIMÉNEZ, Francisco Chacón (org.) – *Pensando la Sociedad, conociendo las Familias. Red Internacional de Estudios de familia en el pasado y el presente*. Murcia: Editum. p. 211-232.
- COSTA, Samuel Guimarães da (1988) – *O Último Capitão-Mor (1782-1857)*. Curitiba: Ed. da UFPR.
- DORATIOTO, Francisco (2002) – *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FAORO, Raymundo (2000) – *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15.ª ed. São Paulo: Globo.
- FIAMONCINI, Celina (2011) – *Em defesa da saúde e do amparo: imigrantes portugueses em Curitiba (1898-1930)*. Curitiba: Programa de pós-graduação da UFPR. Dissertação de Mestrado.
- FRAGOSO, João Luís (1999) – *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora*. In LINHARES, Maria Yedda (org.) – *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Campus.
- GUTIÉRREZ, Horácio (2006) – *Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX*. «Revista História (São Paulo)», vol. 25. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. (2000) – *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In MOTA, Carlos Guilherme (coord.) – *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, p. 129-173.
- KLEIN, Herbert (1993) – *A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil dos finais do século XIX e no século XX*. «Análise Social», vol. 28. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 235-265.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2011) – *A circulação das elites no Império dos Bragança (1640-1808)*: algumas notas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a05v14275.pdf>>. [Consulta realizada em 14/01/2011].
- MORGENSTERN, Algacyr (1985) – *Porto de Paranaguá: contribuição à história (1648-1935)*. Paranaguá: Administração dos portos de Paranaguá e Antonina.
- PRADO JR, Caio (1999) – *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 18.ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (2002) – *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.

- SANTOS, António Vieira dos [1850] – *Memória histórica, cronológica, topográfica e descritiva da cidade de Paranaguá e seu município*. Curitiba: Vicentina, 2001.
- SILVA, António Moraes (1798) – *Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Vol. 2. Lisboa: Empreza Literaria Fluminense.
- WESTPHALEN, Cecília Maria (1999) – *Comércio exterior no Brasil Meridional*. Curitiba: CD Encadernações.

